



ATA 211

Aos oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, por videoconferência e híbrido na sala web da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família - SAS, às treze horas e trinta minutos, reuniram-se, com o Secretário de Conselho Alexandre Belino, os Intérpretes de Libras pela ICOM: Vinicius Dea Silva e Yasmin Luhá da Silva. Com a participação dos conselheiros titulares e suplentes: Marina Silveira de Lima (SAS), Jane Marcia dos Santos (SAS), Leticia de Azambuja Rau (SAS), Sabrina Mores (SAS), Francini Mylena dos Santos (SAS), Jane Cristina Sombrio Gesser (SEA), Daiana Zanelato dos Anjos (SED), Ana Aparecida Tessari (SED), Tatiana de Almeida Sada (FESPORTE), Paulo Sérgio Suldóvski (FCEE), Suzana Bock Albani (ASC), Marcela de Souza (ASC), Elias do Nascimento Junior (ADEVOSC), Lucimara Zaluski Galinski Pavesi (ADVB), Alessandra Couto Vieira (Feamas), Sidnei Pavesi (Comdef Brusque), Jairo da Silva (ACIC), Maria Jovelina Coelho Machado (Assidamf). Ausências justificadas: Juliana Paula Buratto dos Santos Pereira (FCEE), Luiz Alberto Campos (ACBG), Jairton Fabeni Domingos (ADVIR), Anamari Zimmer (Feapaes), Bruna Cristina Gomes de Araujo Daniel (Comped Blumenau), Angelita Crespo Nunes (AAD), Paulo Roberto Ferronato (FCDX).

1- Abertura / apresentação dos presentes e levantamento do quórum regimental. O Presidente Paulo Suldóvski dá as boas-vindas a todas as Conselheiras e Conselheiros e Intérpretes de Libras e solicita ao Secretário Alexandre a chamada dos Conselheiros e levantamento do quórum, registrando os conselheiros presentes e as ausências justificadas. Após a chamada e verificação de quórum, o Presidente Paulo solicita a leitura e aprovação da pauta.

2- Leitura e aprovação da pauta. O Secretário Alexandre leu a pauta da reunião na qual a Conselheira Tatiana solicitou a retirada do item 5 que tratava da validade vitalícia de laudos para deficiências permanentes e integração com o Detran, a Conselheira Leticia questionou a retirada com base na ata anterior, e ficou esclarecido que o item suprimido temporariamente porque a relatora Conselheira Tatiana esteve de férias e ainda apresentará o relatório formal. O Secretário Alexandre informa que chegaram as pautas: Denúncia na demora em processo de tutela de pessoa com deficiência; Acessibilidade em parquinhos escolares (resposta da Secretaria de Estado da Educação); Resposta sobre Teletrabalho (Secretaria de Estado da Administração); Projetos de Lei da ALESC: PL 196/2026 (visão monocular) e PL 197/2025 (Moradia assistida para adultos com TEA ou deficiência intelectual). A pauta foi considerada aprovada por unanimidade com a supressão e as quatro inclusões.

3- Aprovação das justificativas dos Conselheiros ausentes. Todas foram lidas e aprovadas e constadas em ata.

4- Aprovação da Ata 210. A ata da reunião 210 foi colocada em votação e foi aprovada por unanimidade, sem ressalvas ou modificações enviadas por e-mail.

5- Discussão sobre a Instituição da Validade vitalícia de laudos para deficiências permanentes e integração de dados com o DETRAN / assinaturas para aquisição de veículos para Pessoas com Deficiência. Este item de pauta foi suprimido e será colocado na próxima reunião ordinária.

6- Repasse sobre a reunião do CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O presidente Paulo Sudovski informou que participou da plenária do CONADE e de uma agenda com a Ministra dos Direitos Humanos. Os temas da avaliação biopsicossocial e do Plano Viver sem Limite continuam tramitando de forma lenta nos ministérios. Apenas 9 ou 10 estados aderiram ao plano até o momento. Posicionamento do CONEDE: O presidente Paulo Suldóvski reforçou que o *Viver sem Limite* é um programa de governo (e não de Estado), cabendo ao conselho cobrar, mas não forçar a adesão da gestão estadual. Preocupação Central: O Presidente Paulo Suldovski manifestou preocupação com a demora na regulamentação do Artigo 2º da Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Segundo ele, a falta de critérios da avaliação biopsicossocial gera uma "enxurrada" de projetos de lei tentando declarar qualquer CID como deficiência. O Presidente Paulo Suldóvski fez um agradecimento formal à Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família (SAS) pelo suporte financeiro no deslocamento dos conselheiros, criticando a postura do governo federal de transferir esse custo aos estados e municípios que possuem cadeira no conselho nacional.

7- Denúncia e requisição de providências urgentes sobre a ausência de prova em Braille nos concursos da SED/SC. EDITAIS 793 e 794/2026. O Secretário Alexandre leu a Resposta enviada pela FURB (organizadora) e pela Secretaria de Estado da Educação sobre os editais 793 e 794 de 2026. A justificativa das entidades foi de que seis candidatos pediram a prova em Braille, mas tiveram o pedido indeferido e não apresentaram recurso no prazo regulamentar. Por conta da proximidade da prova, alegaram que a impressão ficou prejudicada. O presidente Paulo Suldóvski



55 criticou duramente a justificativa, comparando a ausência do Braille a colocar um cadeirante em um
56 segundo andar sem elevador. O Conselheiro Elias relata que estão fazendo um documento que
57 será enviado ao CONEDE para uma deliberação na próxima reunião ordinária. 8- Denúncia de
58 demora de Processo de pedido de tutela para Pessoa com Deficiência. A conselheira Tatiana
59 elaborou um parecer técnico a respeito de uma denúncia recebida pelo CONEDE sobre uma mulher
60 de 31 anos com paralisia cerebral, órfã, que estaria sofrendo possíveis abusos patrimoniais e
61 negligência (como privação de sua cadeira de rodas motorizada) por parte de seu tutor (irmão) em
62 um lar de idosos em Florianópolis. O parecer aponta severas violações da dignidade humana e
63 indícios de desvio de finalidade na administração da tutela. Ficou estabelecido que o CONEDE
64 acionará formalmente a rede de proteção, incluindo o Ministério Público, a Defensoria Pública e o
65 Poder Judiciário, para as devidas investigações. O secretário iniciou a leitura do parecer jurídico
66 elaborado pela conselheira Tatiana. A denúncia envolve uma mulher de 31 anos com paralisia
67 cerebral (órfã), residindo em um ILPI (instituição de idosos) em Florianópolis sem acessibilidade,
68 privada de sua cadeira de rodas motorizada e de tratamentos terapêuticos. Há também fortes
69 indícios de abuso patrimonial por parte do irmão (atual tutor), que alugou o imóvel adaptado da
70 assistida sem prestar contas. O parecer baseia-se na violação da dignidade humana, autonomia e
71 nos artigos 10, 88 e 90 da LBI (proteção contra exploração e negligência patrimonial). O texto reforça
72 que o papel do conselho é de controle social e fiscalização, não substituindo a atuação do Poder
73 Judiciário ou Ministério Público. 9- Acessibilidade em parquinhos escolares (Resposta da SED). A
74 Gerência de Infraestrutura da Secretaria de Estado da Educação respondeu a um questionamento
75 do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONEDE), motivado por uma
76 denúncia (via e-mail) de que crianças com deficiência estariam sem acessibilidade nos parquinhos
77 escolares. Ações da Secretaria de Educação e Licitações: A Secretaria detalhou as medidas que já
78 estão sendo tomadas para garantir a inclusão nas escolas estaduais: Licitação em Andamento: O
79 processo licitatório atual (PE 707742025, cobrindo os lotes PQ001/2026 a PQ008/2026) já prevê a
80 instalação de um brinquedo acessível nos parquinhos. Reforço Imediato: Está sendo providenciada
81 a compra de mais um brinquedo acessível especificamente para as escolas que possuem
82 estudantes com deficiência matriculados. Nova Licitação Futura: Em breve, será lançado um novo
83 edital focado na aquisição de brinquedos acessíveis para todas as unidades de ensino fundamental
84 da rede estadual. Manifestação das Conselheiras da SED, Ana e Daiana: As conselheiras
85 representantes da Educação trouxeram os bastidores do atendimento à denúncia: Mapeamento: O
86 setor de Educação Especial foi acionado para fazer um levantamento assertivo de onde estão
87 matriculados os alunos com deficiência. Ajuste Técnico nos Editais: Embora a denúncia inicial
88 pareça focar em uma criança cadeirante, as conselheiras alertaram a Infraestrutura de que existem
89 alunos com outras necessidades. Por isso, os setores de ensino fundamental e educação especial
90 vão se reunir para aprimorar os critérios dos próximos editais, garantindo uma acessibilidade mais
91 ampla. Dificuldade de Identificação: As conselheiras tentaram contato com o autor do e-mail para
92 identificar exatamente qual era a escola citada na denúncia, mas não obtiveram resposta. 10-
93 Resposta da SEA sobre Teletrabalho para Servidores com Deficiência: A leitura trata da resposta
94 ao Ofício nº 007/2026, enviado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência
95 (ligado à Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família). O documento original
96 baseava-se no pedido de uma servidora que solicitava providências urgentes para criar uma
97 normativa regulamentando o teletrabalho (trabalho remoto) para servidores com deficiência no
98 Estado de Santa Catarina. A Posição da Secretaria de Estado da Administração: A resposta enviada
99 pela Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas e pela Coordenadoria de Processos
100 Administrativos de Pessoal negou a possibilidade no momento, apresentando as seguintes
101 justificativas: Falta de previsão legal: O Decreto nº 1410 de 2017 (que rege o expediente e controle
102 de frequência do poder executivo estadual) não prevê nenhuma modalidade de trabalho que não
103 seja o regime presencial. Ausência de estudos: Não há, até o momento, estudos em andamento
104 para implementar o trabalho remoto, pois o tema exige análises administrativas e operacionais
105 complexas. Ano Eleitoral: Por se tratar de ano eleitoral, medidas dessa natureza exigem cautela
106 redobrada devido às limitações e vedações da legislação eleitoral. Por isso, a administração
107 informou que não adotará providências ou estudos sobre o tema no momento. Discussão e
108 Encaminhamentos e Esclarecimento: Os participantes pontuaram que, atualmente, o que a



legislação estadual permite é apenas a *redução de jornada de trabalho*, e não o teletrabalho solicitado pela servidora. O debate sobre o tema foi aberto conforme solicitado. O grupo se colocou à disposição para discutir a demanda com a administração pública em um momento futuro. A resposta oficial será conferida e enviada para a servidora solicitante. 11- Projeto de Lei 196/26 – Visão Monocular oriundo da ALESC. Gerou intensos debates sobre os critérios de enquadramento como Pessoa com Deficiência. O conselheiro Jairo expressou preocupação com leis de caráter "populista" que podem marginalizar ainda mais pessoas com deficiências severas (como cegos totais e cadeirantes) no mercado de trabalho e em cotas. A conselheira Tatiana sugeriu que o conselho aguardasse manifestações técnicas e médicas da Secretaria de Saúde. O Presidente Paulo Suldóvski solicitou que os conselheiros continuassem registrando os votos nas enquetes internas até as 16h para que o CONEDE possa consolidar e enviar os pareceres institucionais com as devidas ressalvas. 12- Projeto de Lei nº 0197/2025, que "Institui o programa Moradia Assistida para acolhimento e tratamento de adultos com transtorno do espectro autista ou com deficiência intelectual – ALESC. Foi discutida a importância de habitações protegidas, mas levantou-se o debate sobre a isonomia, já que outros segmentos de pessoas com deficiência física ou visual também enfrentam vulnerabilidade habitacional e necessitam de acolhimento quando envelhecem. O Presidente Paulo Suldóvski solicitou que os conselheiros continuassem registrando os votos nas enquetes internas até as 16h para que o CONEDE possa consolidar e enviar os pareceres institucionais com as devidas ressalvas. 13- Deliberação das comissões. O conselheiro Elias apresentou os relatos da comissão de acessibilidade na ausência do coordenador Paulo Ferronato: Museu em Xanxerê e Braille: Pautas que já foram devidamente encaminhadas e tratadas em reuniões anteriores/plenária geral. Formulário de Acessibilidade no Estado: O prazo para preenchimento foi prorrogado até o dia 30 de junho. Baixa adesão: O número de respostas atual foi considerado insatisfatório, especialmente nas regiões próximas à capital (Florianópolis), Blumenau, Litoral Sul e Serra. Foi feito um pedido de colaboração para que todos compartilhem e divulguem o questionário, visando obter mais dados para consolidar um instrumento sólido. O Secretário Alexandre trouxe as atualizações sobre o edital de votação para o próximo biênio da sociedade civil no CONEDE. Inscrições baixas: Há poucas inscrições até o momento e alguns segmentos ainda não possuem nenhum inscrito. As inscrições vão até a próxima segunda-feira, dia 15, às 18h, via e-mail do CONEDE. No dia 16, a comissão se reunirá para avaliar os documentos e definir se haverá necessidade de prorrogar o prazo. Se tudo correr bem, o Fórum da Eleição acontecerá nos dias 23, 24 e 25 desse mês de junho. 14- Assuntos Gerais. O Secretário Alexandre informa que falta apenas uma semana para o encerramento das inscrições do edital do CONEDE. Caso o prazo não seja prorrogado, novas oportunidades de participação só acontecerão daqui a dois anos (para o mandato de 2026 a 2028). Foi informado que o número atual de inscritos ainda é baixo. Houve um pedido de reforço para que conselhos municipais e segmentos da sociedade civil — com destaque para a comunidade surda e o segmento da deficiência intelectual — realizem suas inscrições. O Presidente Paulo Suldóvski solicita aos participantes que compartilhem o card de divulgação disponível no Instagram do CONEDE. Ficou alinhado para o Secretário Alexandre enviar a imagem produzida pela Ascom no grupo de mensagens para que todos possam divulgar em suas redes sociais e contatos diretos. 15- Encerramento: O Presidente Paulo Suldóvski agradeceu a participação de todos. A plenária do mês de junho foi encerrada e com a lembrança de assinar a lista de presença. Assim sendo dando por encerrada a reunião, na qual foi lavrada a ata pelo Secretário de Conselho, Alexandre Belino, documento que será enviado aos Conselheiros por e-mail e publicado no site da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família: <https://www.sas.sc.gov.br/index.php/conselhos/conede/plenarias-conede/atas-10/2026-11>. Nossa reunião foi gravada e transmitida ao vivo no canal do youtube do Conede SC: <https://www.youtube.com/@conedesc>. Florianópolis, 08 de junho de 2026.